

Ludmilla Nascimento Correia Macedo

# **PRECEDENTES JUDICIAIS E CONSELHOS DE CONTRIBUINTES**

**Prefácio:** Hermes Zaneti Jr

**Apresentação:** Cláudio Madureira

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

# Sumário

<b>Siglas</b> .....	XI
<b>Prefácio</b> .....	XIII
<b>Apresentação</b> .....	XV
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I - Notas Sobre o Modelo Brasileiro de Precedentes</b> .....	7
1.1. A Vinculação dos Julgadores aos Precedentes. ....	11
1.1.1. Eficácia horizontal dos precedentes .....	16
1.1.2. Eficácia vertical dos precedentes .....	18
1.2. Como Aplicar Precedentes.....	20
1.2.1. <i>Ratio decidendi</i> .....	22
1.2.2. <i>Obiter dictum</i> .....	25
1.2.3. Como afastar a vinculatividade dos precedentes .....	27
1.2.3.1. Distinção .....	29
1.2.3.2. Superação.....	30
<b>Capítulo II – Precedentes Judiciais e Administração Pública</b> .....	33
2.1. Modelo de Precedentes e Atuação da Fazenda Pública em Juízo .....	36
2.1.1. A inobservância de precedentes como contrariedade ao princípio da boa-fé e ao dever processual de não litigar contrariamente ao Direito. ....	41
2.1.2. Inobservância de precedentes como contrariedade ao princípio administrativo da legalidade .....	46
2.1.2. Inobservância de precedentes como contrariedade ao princípio administrativo da eficiência e da moralidade.....	53

2.2. Modelo de Precedentes e Administração Pública .....	59
2.2.1. A doutrina da processualização do Direito Administrativo.....	61
2.2.2. A regra jurídica positivada no artigo 15 do CPC .....	65
<b>Capítulo III - Precedentes Judiciais e Conselhos de Contribuintes .....</b>	<b>69</b>
3.1. Os Conselhos de Contribuintes na Federação Brasileira .....	71
3.1.1. O CARF.....	75
3.1.2. Os Conselhos Estaduais de Recursos Fiscais .....	79
3.1.3. Os Conselhos Municipais de Recursos Fiscais.....	81
3.2. O processo administrativo tributário e o papel exercido pelos conselhos de contribuintes .....	81
3.2.1. O iter do processo administrativo tributário .....	85
3.2.2. A interposição de recursos junto aos Conselhos de Contribuintes.....	90
3.3. Estruturação dos conselhos de contribuintes.....	91
3.3.1. A composição paritária.....	92
3.3.2. O efeito suspensivo conferido pela legislação aos recursos interpostos .....	94
3.3.3. A definitividade das decisões favoráveis aos contribuintes .....	96
3.4. Conselhos de contribuintes e administração pública.....	99
3.4.1. Os Conselhos de Contribuintes como órgãos desconcentrados da Administração Pública .....	100
3.4.2. A adstrição dos Conselhos de Contribuintes aos princípios administrativos mencionados na Constituição.....	103
3.5. A extensão da vinculatividade dos precedentes aos conselhos de contribuintes .....	106
3.5.1. A vinculatividade dos precedentes no CARF.....	106

3.5.2. A vinculatividade dos precedentes nos Conselhos de Recursos Fiscais Estaduais e Municipais .....	107
3.6. Objeções opostas pela doutrina à extensão da vinculatividade dos precedentes aos conselhos de contribuintes e suas respectivas inconsistências .....	109
3.6.1. Exigência de taxativa autorização normativa constitucional versus constitucionalidade do modelo brasileiro de precedentes .....	111
3.6.2. Exigência de taxativa autorização normativa infraconstitucional versus interpretação sistemática do Direito que ancora a vinculatividade dos precedentes a outras fontes normativas .....	115
3.6.2.1. Absoluta ausência de correlação entre a existência de vedação legal ao exercício de controle de constitucionalidade pelos conselhos de contribuintes e sua vinculação a precedentes .....	118
3.6.2.2. Vedação ao exercício do controle de constitucionalidade pelos Conselhos de Contribuintes versus normatividade dos precedentes.....	123
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>127</b>
<b>Referências .....</b>	<b>135</b>